

Secretário critica decisões de Dornelles

Mais recessão, desemprego e alta das taxas de juros. Esses serão os resultados do pacote de medidas econômicas adotado por Francisco Dornelles, ministro da Fazenda, na primeira semana de Nova República. Quem faz essa afirmação é o secretário das Finanças do Município de São Paulo, Benisar Alves, com o apoio do economista Luis Gonzaga Beluzzo, da Unicamp.

Concordando com as duras críticas feitas tanto por Alves quanto por Beluzzo, o economista José Carlos Braga, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, também se diz "preocupado" com o impacto social, econômico e político das chamadas medidas de austeridade que efetivaram corte de 10% no orçamento da União e congelaram os empréstimos dos bancos oficiais. Como membro do PMDB, Benisar Alves acrescenta, por sua vez, que essas medidas têm um caráter demagógico e que estão longe do compromisso assumido no período eleitoral.

Alertas nesse sentido foram feitos por Beluzzo ao próprio deputado Ulysses Guimarães, que no último domingo recebeu em sua residência um grupo de destacados economistas. Serão reforçados também pelo secretário das Finanças no próximo dia 28 durante reunião a ser realizada pela Associação Brasileira de Secretários de Finanças. Segundo ele, é consenso entre os dirigentes municipais que as medidas anunciadas pelo ministro Dornelles repercutirão negativamente sobre as finanças das capitais brasileiras, provocando, a partir de junho, uma séria ameaça de falência.

Essas medidas levam à recessão e ao estancamento das obras sociais em curso, ou seja, ao descumprimento dos programas sociais, uma real ameaça de desemprego. Isso é um absurdo. São medidas antes de mais nada repressivas, frontalmente contrárias ao programa do PMDB — afirma Alves —. Somente a cidade de São Paulo terá de dispor até junho a quantia de US\$ 100 milhões para cumprir determinação federal de que todos devem pagar suas dívidas externas até o final deste semestre.

Esperança

A falência dos municípios não é contudo o único aspecto negativo do pacote, segundo os economistas Beluzzo e Braga. Segundo eles, a situação não favorável do comércio exterior nos primeiros meses deste ano é preocupante, no sentido de que poderá lançar a economia brasileira em maiores níveis de recessão. Tal possibilidade só seria descartada no caso de o presidente Tancredo Neves assumir a presidência disposto a aprovar o estudo realizado pela Copag.

O programa de emergência de combate ao desemprego deve ser aplicado o mais rápido possível. Os recursos fiscais disponíveis poderão nas próximas semanas contrabalançar o impacto negativo dos últimas medidas se aplicadas em programas sociais nas áreas de saúde, transporte e serviços básicos. Por outro lado, essas primeiras medidas são insuficientes para definir a médio e longo prazos o caráter do planejamento econômico que devem ser adotado pelo presidente Tancredo — declara Braga. Fico

na expectativa de novas medidas, comissão. Para o secretário Benisar Alves, o ministro Dornelles não entende o recado. "É proibido gastar", enviado pelo presidente Tancredo. Disse que houve "erro de interpretação". E não acredita que o presidente eleito, "com o senso político que tem", pudesse determinar a Dornelles um corte indiscriminado de 10% sobre o orçamento da União.

Dornelles é um tecnicocrata, não tem sensibilidade política. A história dos últimos anos já demonstrou que controle de inflação não se faz às custas de medidas de recessão, mas com a retomada do crescimento. A proposta, portanto, é crescer. Com Dornelles a coisa ficou pior do que com Delfim Netto que, apesar de tudo, não teve a ousadia política de implantar medidas de paralisação dos empréstimos.

A forma correta de fazer contenção de gastos, segundo sugeriam esses economistas desde que estavam na oposição, seria através de cortes seletivos e não de cortes lineares. Segundo Alves, ao cortar 10% do orçamento, Dornelles atingiu indiscriminadamente todos os setores públicos, sejam eles essenciais, geradores de emprego ou não. Comissão o ministro da Fazenda tornou inválidas as propostas de recuperação da economia. Acrescentou que, com a queda da demanda do setor público ao setor produtivo, haverá retração das atividades, com consequente diminuição na arrecadação dos impostos. Isso fará a receita do próprio governo cair.

O ministro Dornelles confundiu medidas de austeridade com política de cortes indiscriminados. Os cortes devem ser feitos, mas no orçamento do governo federal, que é perdutário. Com a recuperação do estado de saúde do presidente Tancredo temos de encontrar um meio para que essas medidas sejam revogadas, caso contrário corremos o risco de uma explosão social.